



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 70/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 25/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS URBANAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO/MT.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação apresentada pela Chefe de Gabinete Maria Regina de Castro Martins, sendo que o Prefeito Martins Dias de Oliveira, autorizou a abertura de processo licitatório para a contratação.

Ao processo está anexado o Projeto Básico de responsabilidade do engenheiro Luis Felipe Carvalho Bernardes Lima, - ART de OBRA/SERVIÇO n.º 1220210120965 anexada.

A maior parte dos recursos necessários à aquisição dos produtos são oriundos do Convênio n.º 0932-2021/SINFRA, anexado.

Estão anexados ainda a Minuta do Edital, Termo de Referência e demais anexos e minuta de Ata de Registro de Preços.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer refere-se a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

O prefeito reiterou o pedido de realização da licitação através dos trâmites e justificou a contratação apresentado conceito de infraestrutura, incrementado com a informação de que a cidade sobre modificações quantitativas e qualitativas na gama de atividades urbanas e surge a necessidade de adaptação tanto dos espaços necessários à essas atividades como da acessibilidade desses espaços, e da própria infraestrutura.

Dessa forma, justificou que o crescimento físico, resultante do seu crescimento econômico e demográfico resultam em renovações urbanas, quando construções são substituídas por outras, finaliza.

A justificativa não está acompanhada de documentos comprobatórios da demanda apresentada. A Lei Geral do Pregão (Lei nº 10.520/02, art. 3.º, I) exige que na fase preparatória do pregão a autoridade deverá justificar a necessidade de contratação.

O objeto da licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de material para execução de pavimentação asfáltica nas vias urbanas para atender a Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura.

O Art. 3º, II, da Lei nº 10.8520/02, exige que o objeto seja preciso, suficiente e claro.

No caso concreto, o Edital anuncia que as especificações do objeto estão inseridas no ANEXO. Item 1.3 do Edital: "As quantidades descritas no MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO BÁSICO E PLANILHAS (ANEXO) não se obrigando a Administração pela aquisição total.

O Termo de Referência (ANEXO I), Item 3 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO, informa que: 3.1. A contratação de pessoa jurídica para o fornecimento dos produtos objeto desse processo devera obrigatoriamente obedecer as conformidades descritas no Projeto Básico, Memorial Descritivo e Cronograma Físico financeiro (anexo ao Edital).

O que se observa é que o Memorial Descritivo e Especificação Técnica da Obra, juntado ao processo, foi elaborado pelo engenheiro civil Luis Felipe Carvalho B. Lima – CREA 121.523.583-6. O citado Memorial, na apresentação indica que o mesmo tem por objetivo especificar a execução dos serviços necessários contemplados na planilha orçamentária para a urbanização da pavimentação.

O que se supõe é que as concorrentes deverão disputar o registro de preços dos produtos que serão utilizados na pavimentação asfáltica de diversas ruas da cidade de



Porto Esperidião e que as especificações e quantidades estão elencadas no projeto básico anexado.

A Planilha Orçamentária não separa quais os produtos estarão sendo licitados. Na referida planilha constam serviços de mão de obra, serviços de máquinas, e produtos tais como: areia, pedra brita, cimento, emulsão asfáltica, dentre outros. Os produtos estão inseridos na planilha de orçamentária de maneira dispersa, o que dificulta a identificação dos produtos, quantidades e preços que estão disputados.

A correta especificação do item é que vai determinar o atendimento das necessidades da compra ou não. É de fundamental importância que este esteja bem descrito para que não haja margem de dúvida por parte dos licitantes ou dos responsáveis pela aquisição.

O Termo de Referência não supre a necessidade de especificar o objeto de forma precisa. O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado

A definição do objeto no Edital consiste em delimitar os produtos que serão registrados e eventualmente adquiridos, devendo os mesmos constar no Edital para que os concorrentes tenham o máximo de precisão durante o processo de licitação.

O resultado da pesquisa de preços é um dos principais instrumentos para o exame e julgamento objetivo das propostas apresentadas nas licitações públicas, sendo de amplo entendimento que deve ser realizada de forma ampla e idônea. Sua principal função é garantir que o poder público identifique um parâmetro para o valor médio de mercado em relação a um bem ou serviço.

Não está anexado o resultado da ampla pesquisa de preços na licitação. Os preços estão inseridos na planilha orçamentária elaborada pelo engenheiro Luis Felipe Carvalho B.Lima. Assim, as informações declinadas no projeto básico constituem elementos imprescindíveis na formação do preço.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns.

O Edital, e as Minutas da Ata e do Contrato estão elaborados conforme as regras legais da licitação.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações. Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

CONCLUSÃO:

No caso, os documentos, Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo foram analisados e ressaltados no contexto, com as adequações à luz da legislação pertinente, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 04 de novembro de 2021.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB/MT 33419